

nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, passa es alterações:

nça terá sua validade fixada em regulamen-  
-autoridade sanitária local, de acordo com o  
tividades desenvolvidas pelos estabelecimen-  
-alidada por períodos iguais e sucessivos.  
....." (NR)

requisitos e procedimentos para registro, ou  
cialização de produtos sujeitos à vigilância  
os de uso tradicional serão regulamentados  
t Agência Nacional de Vigilância Sanitária."

transferência de titularidade do registro de  
vigilância sanitária fica condicionada ao pa-  
a, a maior, do valor da taxa de fiscalização

CAPÍTULO XI  
TÍTULOS DE COMUNICAÇÃO

Seção I  
 concessionárias e Permissionárias de Serviços  
de Radiodifusão

sitos de concessionárias e permissionárias de  
sem como de empresas que participam de pro-  
utorgas de radiodifusão, decorrentes do ina-  
-bílico devido em razão da outorga do serviço  
izos e condições estabelecidos nesta Lei.

no **caput** aplica-se apenas às parcelas ven-  
-ção desta Lei.

as a que se refere o **caput** terão 90 (noventa)  
-ção desta Lei, para apresentar à União soli-  
-parcelas em atraso, nas seguintes condições:

ou

apurado para quitação ou parcelamento dos  
-rigido pelo Índice Geral de Preços do Mer-

s parcelas em atraso será acrescido de multa  
-r cento) por mês de atraso, até o limite de  
do valor da outorga, calculada a partir do  
ao do vencimento do prazo fixado, até o dia  
ento.

amento da parcela no prazo fixado no § 2º  
io da outorga, sujeitando-se a emissora às  
no edital e na legislação em vigor.

enalidade decorrente de descumprimento do  
concessão e permissão de serviços de ra-  
-assar o valor da outorga.

ADO).

Seção II  
alização e Funcionamento Referentes  
ao FISTEL

6ª da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966,  
dos seguintes §§ 4ª a 6ª:

.....  
.....

e que trata este artigo não incidem sobre as  
e repetidoras, de baixa potência dos serviços  
de interesse coletivo cuja potência de pico  
saída do transmissor, não seja superior a 5 W

bre as estações rádio base, e repetidoras dos  
-nicações de interesse coletivo, com potência  
-tts) e 10 W (dez watts), valores de taxas de  
ação equivalentes a 10% (dez por cento) dos  
demais estações rádio base, e repetidoras do

Art. 135. A Tabela de Valores da Taxa de Fiscalização da Instalação por Estação (em R\$) constante do Anexo I  
7 de julho de 1966, passa a vigorar acrescida das linhas e colunas abaixo:

48 Serviço Móvel Pessoal	a) estação base com potência de saída do transmissor menor do que 5 W	
	b) estação base com potência de saída do transmissor entre 5 W e 10 W	
	c) estação base com potência de saída do transmissor maior do que 10 W	
	d) estação repetidora com potência de saída do transmissor menor do que 5 W	
	e) estação repetidora com potência de saída do transmissor entre 5 W e 10 W	
	f) estação repetidora com potência de saída do transmissor maior do que 10 W	
	g) móvel	

Art. 136. (VETADO).

CAPÍTULO XII  
DA PRORROGAÇÃO DA CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO  
DE REPRESENTAÇÃO DE GABINETE OU DE  
GRATIFICAÇÃO TEMPORÁRIA AOS SERVIDORES OU  
EMPREGADOS REQUISITADOS ADVOCACIA-GERAL DA  
UNIÃO

Art. 137. O art. 7ª da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,  
passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7ª Poderão perceber a Gratificação de Representação  
de Gabinete ou a Gratificação Temporária, até 1ª de fevereiro de  
2017, os servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-  
Geral da União.  
....." (NR)

CAPÍTULO XIII  
DA CESSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL PARA  
SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO

Art. 138. (VETADO).

CAPÍTULO XIV  
DA PROFISSÃO DE CORRETOR DE IMÓVEIS

Art. 139. O art. 6ª da Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978,  
passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 2ª a 4ª, renumerando-se o  
atual parágrafo único para § 1º:

"Art. 6ª .....

§ 1º .....

§ 2º O corretor de imóveis pode associar-se a uma ou mais  
imobiliárias, mantendo sua autonomia profissional, sem qualquer  
outro vínculo, inclusive empregatício e previdenciário, mediante  
contrato de associação específico, registrado no Sindicato dos  
Corretores de Imóveis ou, onde não houver sindicato instalado,  
registrado nas delegacias da Federação Nacional de Corretores de  
Imóveis.

§ 3º Pelo contrato de que trata o § 2º deste artigo, o corretor  
de imóveis associado e a imobiliária coordenam, entre si, o de-  
sempenho de funções correlatas à intermediação imobiliária e  
ajustam critérios para a partilha dos resultados da atividade de  
corretagem, mediante obrigatória assistência da entidade sindical.

§ 4º O contrato de associação não implica troca de serviços,  
pagamentos ou remunerações entre a imobiliária e o corretor de  
imóveis associado, desde que não configurados os elementos  
caracterizadores do vínculo empregatício previstos no art. 3º da  
Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo De-  
creto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943." (NR)

CAPÍTULO XV  
DO CAPITAL SOCIAL DAS COOPERATIVAS

Art. 140. O art. 24 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de  
1971, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

"Art. 24. ....  
.....

§ 4º As quotas de que trata o **caput** deixam de integrar o  
patrimônio líquido da cooperativa quando se tornar exigível, na  
forma prevista no estatuto social e na legislação vigente, a res-  
tuição do capital integralizado pelo associado, em razão do seu  
desligamento, por demissão, exclusão ou eliminação." (NR)

CAPÍTULO XVI  
DO PARCELAMENTO DE DÉBITOS FEDERAIS DE  
ENTIDADES ESPORTIVAS

Art. 141. (VETADO).

CAPÍTULO XVII  
DA ABERTURA AO CAPITAL ESTRANGEIRO NA OFERTA  
DE SERVIÇOS À SAÚDE

Art. 142. A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, passa  
a vigorar com as seguintes alterações:

I - doações de organismos internacionais;  
ganização das Nações Unidas, de entidades  
nica e de financiamento e empréstimos;

II - pessoas jurídicas destinadas a instala-  
-explorar:

a) hospital geral, inclusive filantrópico;  
zado, policlínica, clínica geral e clínica espe-

b) ações e pesquisas de planejamento fa-

III - serviços de saúde mantidos, sem  
por empresas, para atendimento de seus e-  
dentes, sem qualquer ônus para a seguridade

IV - demais casos previstos em legislaçã

"Art. 53-A. Na qualidade de ações e s-  
atividades de apoio à assistência à saúde  
volvidas pelos laboratórios de genética hu-  
necimento de medicamentos e produtos par-  
de análises clínicas, anatomia patológica e  
imagem e são livres à participação direta ou  
ou de capitais estrangeiros."

CAPÍTULO XVIII  
DA POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO  
PÚBLICO PRIVADAS - PPP PELOS  
LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO

Art. 143. (VETADO).

Art. 144. (VETADO).

CAPÍTULO XIX  
DO IMPOSTO SOBRE A RENDA DAS PESSOAS  
DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO  
- CSLL RELATIVO AO GANHO DE CAPITAL  
EM OPERAÇÕES DE TROCA DE AÇÕES  
DA SUBSCRIÇÃO DE CAPITAL NA SOCIEDADE  
BOLSA S/A

Art. 145. O art. 42 da Lei nº 13.043, de  
2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 42. Os débitos para com a Fazenda  
ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Juntas  
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido  
do ganho de capital ocorrido até 31 de dez-  
alienação de ações que tenham sido origina-  
títulos patrimoniais de associações civis sen-  
derão ser:

I - pagos à vista com redução de 100%  
multas de mora e de ofício e de 100% (cem  
de mora;

II - parcelados em até 60 (sessenta) pr-  
(vinte por cento) de entrada e o restante e  
com redução de 80% (oitenta por cento) da  
multas de mora e de ofício, de 40% (quar-  
juros de mora.

§ 1º Na hipótese do **caput**, fica remiti-  
solutória até que se efetive o pagamento de q-  
seja quitado o parcelamento de que trata o  
IRPJ e da CSLL incidente sobre a parcela  
relativa a diferença entre o valor atribuído  
de capital e considerado na apuração do ri-  
que em eventual lançamento de ofício, e o  
data de início das negociações da ação em  
bolsa de valores, independentemente da exis-  
restrição de comercialização ou transferênci

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se  
bitos, constituídos ou não, com exigibilidade  
inscritos ou não em Dívida Ativa da União,  
de execução fiscal já ajuizada, ou que ter  
parcelamento anterior não integralmente qu-  
cluído por falta de pagamento.

§ 3º Para efeito de consolidação dos dé-  
**caput**, após o ajuste referido no § 1º, pode